

Instrumentos para avaliar a coparentalidade: uma comparação de suas propriedades psicométricas^{1,2}

Thaís Ramos de Carvalho³, Elizabeth Joan Barham
Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, Brasil

RESUMO

A coparentalidade envolve as interações que ocorrem entre a mãe e o pai de uma criança, para combinar como lidar com as tarefas relacionadas à criação deste filho. Com base em uma análise de publicações nacionais, não foram encontrados instrumentos de coparentalidade para uso no Brasil. Uma medida de coparentalidade pode contribuir para testar modelos teóricos relativos a esse construto, bem como pode ser usada por psicólogos como uma ferramenta para avaliar a relação coparental. Assim, o objetivo do presente estudo foi comparar instrumentos de coparentalidade descritos na literatura internacional. Por meio de uma busca sistemática em bases de dados eletrônicas, foram encontrados 35 artigos sobre a validação de oito instrumentos de coparentalidade. Após comparar as evidências psicométricas dos instrumentos encontrados, concluiu-se que existem três instrumentos com evidências satisfatórias de precisão, estrutura interna e validade externa, que podem ser adaptados para uso no Brasil.

Palavras-chave: coparentalidade; psicomетria; instrumento; validade.

ABSTRACT – Instruments for assessing coparenting: A comparison of their psychometric properties

Coparenting involves the interactions that occur between the mother and father of a child, to decide how to deal with the tasks involved in raising their child. Based on a review of Brazilian publications, no coparenting measurements were found for use in Brazil. A coparenting measurement may contribute to testing theoretical models of coparenting, as well as creating a tool for psychologists to evaluate coparenting relationships. Thus, the objective of the current study was to compare instruments for the assessment of coparenting described in the international literature. Via a systematic search in electronic databases, 35 articles about the validation of eight coparenting instruments were located. After analyzing the psychometric evidence for each instrument, one can conclude that there is satisfactory evidence of the reliability, internal structure and external validity of three psychometric instruments, which can be adapted for use in Brazil.

Keywords: coparenting; psychometry; instrument; validity.

RESUMEN – Instrumentos de evaluación de la coparentalidad: una comparación de sus propiedades psicométricas

La coparentalidad implica las interacciones que ocurren entre la madre y el padre de un niño, para acordar el manejo de las tareas involucrando la creación de este hijo. Basado en un análisis de publicaciones nacionales, no fueron encontrados instrumentos de coparentalidad para uso en Brasil. Una medida de coparentalidad puede contribuir a probar modelos teóricos acerca de este construto, así como puede ser utilizada por los psicólogos como una herramienta para evaluar la relación coparental. Así el objetivo de este estudio fue comparar instrumentos de coparentalidad descritos en la literatura internacional. Mediante una búsqueda sistemática en las bases de datos electrónicas, fueron encontrados 35 artículos acerca de la validación de ocho instrumentos. Después de hacer una comparación de estas evidencias, se concluyó que hay tres instrumentos con evidencias satisfactorias de la confiabilidad, estructura interna y validez externa, que pueden ser adaptados para su uso en Brasil.

Palabras clave: coparentalidad; psicomетría; instrumento; validez.

As mães e os pais influenciam a forma como os membros da família se desenvolvem, incluindo o ajustamento psicológico dos filhos (Lamela, Figueiredo & Bastos, 2013). A coparentalidade se refere ao padrão de interação estabelecido entre os pais e as mães para atender às necessidades dos filhos (Feinberg, 2003). Schoppe,

Mangelsdorf, e Frosch (2001) realizaram um estudo no qual examinaram se alguns aspectos das interações familiares, incluindo a qualidade da coparentalidade, se relacionavam com problemas de comportamento externalizantes apresentados por crianças em idade pré-escolar. As conclusões deste estudo indicaram que altos níveis de

¹ Agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e à Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP – processo n° 2014/00186-0) pelo financiamento da bolsa de mestrado, na qual foi incluído o número do processo referente à bolsa FAPESP.

² Agradecimentos à Heloísa Ferreira por toda a ajuda na revisão do texto durante o preparo deste artigo.

³ Endereço para correspondência: Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos, Rodovia Washington Luís, Km 235, SP-310, 13565-905, São Carlos-SP. Cel.: (16) 98173-5633. E-mail: thaís_rcarvalho@hotmail.com

suporte coparental entre os pais e baixos níveis de sabotagem coparental estavam associados com um menor número de problemas de comportamento externalizantes por parte dos filhos.

A coparentalidade também afeta as cognições e comportamentos sociais de cada membro do casal (McHale, Kuersten-Hogan & Rao, 2004). Em relação especificamente à satisfação conjugal, Morrill, Hines, Mahmood, e Córdova (2010) encontraram resultados indicando que a força da aliança coparental estava positivamente correlacionada com a qualidade do relacionamento conjugal. Teubert e Pinquart (2011) encontraram resultados semelhantes: a coparentalidade positiva (alta cooperação, baixo conflito e baixa triangulação) estava associada com baixos níveis de conflito conjugal e altos níveis de carinho parental.

O período no qual as crianças são pequenas é especialmente importante, tanto para as crianças, quanto para os pais. Durante esses anos, o estabelecimento de uma relação coparental construtiva e a definição de limites para os filhos ajudam a criança a compreender as expectativas e necessidades de outras pessoas, o que a ajuda a expressar seus próprios interesses e mostrar sua independência, sem ultrapassar esses limites (McHale, Kuersten-Hogan, Lauretti, & Rasmussen, 2000). Segundo Machado (2009), quando o casal não consegue desenvolver estratégias construtivas para lidar com a divisão de tarefas, ter um filho pode se tornar um desencadeador de conflitos conjugais. Isso significa que essa adaptação ao novo modelo de papéis sociais é importante para uma boa convivência entre os membros do casal e de cada um dos pais com os filhos e, portanto, contribui para evitar uma escalada de conflitos conjugais que possam desencadear o divórcio.

O conceito de coparentalidade, por ser relativamente novo na literatura (segundo Frizzo, Kreutz, Schmidt, Piccinini, & Bosa, 2005, o termo teria sido utilizado pela primeira vez por Galper, em 1978), ainda não tem uma única definição ou modelo. O modelo de Feinberg (2002, 2003) é o mais frequentemente citado na literatura científica, seguido pelo modelo de Van Egeren e Hawkins (2004) e, depois, pelo de Margolin, Gordis, e John (2001).

Feinberg (2003) afirma que a coparentalidade ocorre quando os indivíduos têm sobreposição ou responsabilidade compartilhada na criação de uma criança específica e consiste no apoio mútuo e coordenação (ou falta de coordenação) de esforços que os pais apresentam na educação dos filhos. O autor afirma, ainda, que a relação coparental é distinta da relação conjugal e, portanto, não inclui os aspectos romântico, sexual, de companheirismo, financeiro ou legal do relacionamento entre os dois adultos, a não ser que estes aspectos se relacionem à criação dos filhos. A coparentalidade também difere da parentalidade. O subsistema parental (pai-filho) é caracterizado pela relação individual que cada membro do casal estabelece com a criança. O subsistema coparental, por

sua vez, é definido por uma relação dinâmica estabelecida entre os dois pais, em relação aos cuidados com os filhos (Lamela, Figueiredo, & Bastos, 2013). Além disso, o termo coparentalidade não implica que os papéis de cada um dos membros do casal sejam ou deveriam ser iguais em autoridade ou responsabilidade. O grau de igualdade na relação coparental é determinado, em cada caso, pelas pessoas que dividem a responsabilidade, que, por sua vez, são influenciadas pelo contexto social e cultural mais amplo (Feinberg, 2003).

Feinberg (2002) propõe que a coparentalidade envolve quatro classes de comportamentos: (a) lidar com discordâncias quanto à criação dos filhos; (b) divisão do trabalho; (c) demonstrar suporte ou sabotar o papel parental do parceiro e (d) gerenciamento do envolvimento de cada pai nas interações com a criança. Van Egeren e Hawkins (2004) definem a relação coparental de forma diferente; ao invés de focar as habilidades envolvidas, apontam quatro estilos de relacionamento coparental: (a) coparentalidade solidária, (b) apoio coparental, (c) sabotagem coparental e (d) parentalidade partilhada. Segundo Margolin et al. (2001), é através da relação coparental que os pais negociam seus respectivos papéis, responsabilidades e contribuições para atender às necessidades de seus filhos. Esta relação é caracterizada pela intensidade com que cada pai apoia ou sabota os esforços do parceiro. Margolin et al. (2001) sugerem três dimensões da coparentalidade: (a) conflitos entre os pais, sobre questões de parentalidade; (b) cooperação, que reflete concordância com o compartilhamento das responsabilidades parentais e que mede o quanto as mães e os pais se apoiam, valorizam e respeitam mutuamente enquanto pais e (c) triangulação, que verifica o quanto cada pai constrói barreiras entre o parceiro e a criança, que enfraquecem ou excluem o outro progenitor.

Após uma comparação entre os três modelos, o modelo de Feinberg foi escolhido para definir o conceito de coparentalidade, no presente trabalho, por: (a) representar a coparentalidade como envolvendo comportamentos ou habilidades, diferentemente do modelo de Van Egeren e Hawkins (2004), que definem quatro estilos auto excludentes de relações coparentais, (b) ter baseado sua descrição da coparentalidade em trabalhos de autores anteriores, incluindo o de Margolin et al. (2001), e (c) por considerar a interdependência entre as dimensões da coparentalidade (Lamela, Nunes-Costa, & Figueiredo, 2010).

Investigações sobre a Coparentalidade no Brasil

O aparecimento de estudos sobre a coparentalidade é recente no Brasil. Foram encontrados quatro artigos sobre essa temática (Frizzo et al., 2005; Grzybowski & Wagner, 2010; Prati & Koller, 2011; Sifuentes & Bosa, 2010) e cada um aplica o conceito de coparentalidade em um contexto diferente. Grzybowski e Wagner buscaram compreender a coparentalidade após o divórcio;

Sifuentes e Bosa (2010) examinaram a coparentalidade de casais com filhos autistas; Prati e Koller abordaram de forma teórica a transição do sistema conjugal para o sistema coparental, bem como as implicações dessa transição para a psicoterapia, sob a ótica da psicologia positiva. Na revisão da literatura internacional, Frizzo et al. comentaram sobre as diferentes técnicas que estão sendo usadas para investigar a coparentalidade. Nestes artigos, não há menção de instrumentos validados para uso no Brasil.

Instrumentos para Avaliar a Coparentalidade

Em relação à avaliação da coparentalidade, em 2005, Frizzo et al. notaram que o método mais utilizado era a entrevista, mas que não existia um roteiro padronizado. Assim, os autores apontaram uma carência no desenvolvimento de instrumentos nessa área, pois a coparentalidade estava sendo medida de formas variadas, dificultando a comparação e a integração dos resultados encontrados. Cinco anos mais tarde, Lamela et al. (2010) observaram que existiam vários instrumentos de coparentalidade em processo de validação, sendo todos eles desenvolvidos nos Estados Unidos.

Diante da: (a) relevância social do estudo da coparentalidade, (b) importância da utilização de instrumentos

com boas propriedades psicométricas para a avaliação da coparentalidade, (c) falta de instrumentos validados para uso no Brasil e (d) existência de diferentes instrumentos internacionais, o objetivo do presente trabalho foi realizar um levantamento dos instrumentos de coparentalidade existentes na literatura e comparar as suas evidências de validade, a fim de facilitar a escolha de um instrumento por profissionais e pesquisadores que trabalhem com a coparentalidade.

Método

Foi realizada uma busca bibliográfica sistemática nas bases de dados eletrônicas Bireme (SciELO, LILACS), Periódicos CAPES, *PsycNET* e *IndexPsi* Periódicos, no mês de abril de 2015, e não houve restrição quanto ao ano de publicação dos textos. Foi utilizada a palavra-chave “coparentalidade”, pareada com cada um dos seguintes descritores: “confiabilidade”, “escala”, “instrumento”, “teste” e “validade”, em português, inglês e espanhol.

O elevado número de referências encontradas (1416 – ver Tabela 1) exigiu o estabelecimento de critérios de exclusão, de forma que fossem considerados apenas os textos relevantes ao objetivo do estudo.

Tabela 1
Resultado das Buscas nas Bases de Dados, 2015 (em português, espanhol e inglês)

Descritores: Coparentalidade AND...	Bireme (SciELO, LILACS)	Periódicos CAPES	PsycNET	IndexPsi Periódicos	Total
Confiabilidade	3	183	13	0	199
Escala	4	325	130	0	459
Instrumento	5	115	8	0	128
Teste	11	340	47	2	400
Validade	8	205	17	0	230
Total	31	1168	215	2	1416

Critérios de exclusão

Após a leitura dos resumos das 1416 referências, foram excluídas 1323 que: (a) não envolviam a avaliação da coparentalidade, (b) não possuíam a versão completa do artigo disponível via base de dados, ou (c) estavam duplicadas. Também foram excluídos 29 textos nos quais os autores não avaliaram o conceito de coparentalidade de maneira global, mas apenas algumas de suas dimensões; quatro publicações nas quais os autores usaram instrumentos próprios, não validados; outros quatro textos nos quais foi utilizada apenas uma subescala de algum dos instrumentos; e 24 publicações nas quais os autores usaram medidas observacionais da coparentalidade. A opção por considerar apenas escalas psicométricas foi adotada visando facilitar a realização de estudos de validação do instrumento em nível nacional, com amostras grandes e em diferentes regiões, visto que medidas de observação

demandam um custo de resposta muito maior, devido à dificuldade em se observar os comportamentos enquanto eles ocorrem. Assim, após a exclusão dos textos segundo os critérios acima, restaram 32 artigos. Por meio do processo de referência cruzada, foram incluídos outros três artigos relevantes que não tinham sido encontrados durante a busca nas bases de dados, por conterem, em anexo, alguns dos instrumentos de coparentalidade e dados iniciais de validação dos mesmos, totalizando 35 artigos.

Procedimento de Análise

Para guiar a comparação entre os instrumentos, foram considerados os seguintes critérios: (a) versões mais atualizadas de cada instrumento e (b) qualidade dos dados psicométricos. Em relação ao primeiro critério, foi investigada a existência de versões aprimoradas dos instrumentos publicados por cada conjunto de

pesquisadores. Para o segundo critério, os instrumentos foram comparados em relação às suas evidências de precisão e validade.

Para a avaliação das evidências de validade, foram consideradas as quatro categorias descritas por Nunes e Primi (2010): (a) evidências de validade baseadas na análise do conteúdo ou domínio, (b) evidências baseadas na estrutura interna, (c) evidências de validade baseadas nas relações com variáveis externas e (d) evidências baseadas no processo de resposta. Todos os resultados reportados nos estudos selecionados foram anotados, para determinar se existiam evidências de validade para cada um dos instrumentos, de acordo com os critérios estabelecidos por Nunes e Primi (2010).

Para a avaliação de evidências baseadas na análise do conteúdo ou domínio, procurou-se dados sobre a adequação do conteúdo dos itens para representar os domínios mensurados e a existência de estudos com especialistas, que poderiam indicar uma relação entre os itens do teste e as facetas do construto, assim como a equivalência entre os itens da versão original e de versões traduzidas dos instrumentos.

Na análise das evidências baseadas na estrutura interna, foram examinadas: (a) análise fatorial exploratória e (b) análise fatorial confirmatória.

Na análise das evidências de validade baseadas nas relações com variáveis externas, foram consideradas: (a) validade convergente, definida por meio de uma correspondência entre dois instrumentos medindo o mesmo construto, no caso, a coparentalidade (evidenciada por meio de valores de correlação acima de 0,509, segundo Nunes & Primi, 2010); (b) validade discriminante, caracterizada por uma correlação entre instrumentos medindo construtos não relacionados, ou seja, diferentes (evidenciada por valores de correlação abaixo de 0,20, segundo Nunes & Primi, 2010); (c) validade de critério, em que se identifica por meio de embasamento teórico, empírico e lógico, uma variável externa (evento observável) que se associe ao construto principal avaliado; (d) testes avaliando construtos relacionados, que se referem a instrumentos que meçam construtos que, pela teoria, estejam

relacionados com o construto principal, mas que não sejam exatamente o mesmo construto (evidenciados por valores de correlação entre 0,20 e 0,50, segundo Nunes & Primi, 2010); e (e) estudos experimentais ou quase experimentais, que visam captar informações referentes à possibilidade de aumentar ou diminuir valores no instrumento de interesse, após a realização de uma intervenção.

Para a análise das evidências baseadas no processo de resposta, procurou-se informações sobre os processos mentais ligados à forma como um participante responde aos itens, de forma a possibilitar a previsão de alguns aspectos da resposta.

Resultados e Discussão

A análise dos 35 artigos selecionados foi realizada por duas psicólogas, por meio de reuniões, para entrar em um consenso quanto à classificação dos tipos de evidências encontradas (Anfara, Brown, & Mangione, 2002), resultando na identificação de oito instrumentos internacionais para a avaliação da coparentalidade.

Em relação ao critério de identificar versões aprimoradas de cada instrumento, foi possível observar um histórico de evolução de alguns deles. O *Parenting Alliance Inventory* (Abidin & Brunner, 1995) foi aprimorado e deu origem ao *Parenting Alliance Measure* (PAM) (Konold & Abidin, 2001). Do mesmo modo, o *Coparenting Scale* (CS) (Brown, Goslin & Feinberg, 2012; Feinberg, Jones, Goslin & Kan, 2010), após aprimoramento, originou o *Coparenting Relationship Scale* (CRS) (Feinberg, Brown & Kan, 2012). Diante disso, foram excluídas das análises as versões anteriores dos instrumentos, visto que medidas mais recentes apresentam algumas vantagens em relação às anteriores, pois foram construídas com base em conceitos teóricos sobre coparentalidade melhor elaborados.

Em relação ao critério de comparar as propriedades psicométricas dos instrumentos, apresenta-se, na Tabela 2, um resumo das evidências de precisão e validade encontradas após uma análise minuciosa dos estudos selecionados.

Tabela 2
Número de Artigos nos quais foram Apresentadas Evidências de Precisão e de Validade para os Instrumentos de Coparentalidade

Instrumento	Precisão		Validade								
	CI	Evidências baseadas na análise do conteúdo do domínio*	Evidências baseadas na estrutura interna		Evidências baseadas nas relações com variáveis externas				Evidências baseadas no processo de resposta*		
			AFE	AFC	VC	VD	Testes	VCri		EE	
<i>Coparenting Scale</i> (CS)	2	-	1	-	1	-	-	-	-	1	-
<i>Parenting Alliance Measure</i> (PAM)	5	-	1	2	-	-	3	-	-	1	-

Tabela 2 (continuação)

Número de Artigos nos quais foram Apresentadas Evidências de Precisão e de Validade para os Instrumentos de Coparentalidade

Instrumento	Precisão		Validade							
	CI	Evidências baseadas na análise do conteúdo do domínio*	Evidências baseadas na estrutura interna		Evidências baseadas nas relações com variáveis externas					Evidências baseadas no processo de resposta*
			AFE	AFC	VC	VD	Testes	VCri	EE	
<i>Coparenting Questionnaire (CQ)</i>	6	-	1	2	1	-	5	-	-	-
<i>Perceptions of Coparenting Partners Questionnaire (PCPQ)</i>	3	-	-	-	-	-	2	-	-	-
<i>Coparenting Inventory for Parents and Adolescents (CI-PA)</i>	1	-	1	1	1	-	1	-	-	-
<i>Coparenting Relationship Scale (CRS)</i>	4	-	1	1	-	1	3	-	1	-

Nota. AFE = análise fatorial exploratória; AFC = análise fatorial confirmatória; CI = consistência interna, VC = validade convergente, VD = validade discriminante, Testes = testes avaliando construtos relacionados, VCri = validade de critério, EE = estudos experimentais/quase experimentais, “-” = ausência de dados

*A ausência de artigos apresentando dados sobre esses dois tipos de evidências não implicam que não existam evidências desses tipos para os instrumentos, mas que acabam sendo relatadas com baixa frequência em artigos publicados, por serem tipicamente foco de trabalhos muito iniciais na construção ou adaptação de um instrumento. Esses tipos de evidências podem estar presentes nos manuais de aplicação dos instrumentos

Precisão

Consistência interna.

Em relação à consistência interna dos instrumentos, foram encontrados valores para o alfa de Cronbach para cada subescala, para todos os instrumentos, com valores variando entre 0,58 e 0,97. O valor de α considerado como aceitável foi maior ou igual a 0,70 (Urbina, 2007). Quando os resultados publicados foram comparados com esse valor de referência, o CS apresentou um valor abaixo de 0,70 para a subescala de repreensão (McHale, 1997), o CQ exibiu um valor ligeiramente abaixo do mínimo esperado para a subescala de cooperação (Margolin et al., 2001), o PCPQ apresentou um valor abaixo do critério mínimo para a subescala de sabotagem (Cook, Buckley, Schoppe-Sullivan, & Davis, 2009), o CI-PA exibiu valores um pouco abaixo de 0,70 para as subescalas de conflito e triangulação (Teubert & Pinquart, 2011) e o CRS apresentou valores abaixo de 0,70 para as subescalas de concordância coparental e de aprovação da parentalidade do parceiro (Feinberg et al., 2012). Os demais valores estavam acima do critério de 0,70, para todos os instrumentos. Além disso, mesmo nas subescalas em que alguns valores ficaram abaixo do critério, havia, também,

valores acima do critério, a depender do respondente (mães, pais ou filhos adolescentes).

Validade

Evidências baseadas na análise do conteúdo ou domínio.

Não foram encontrados dados para nenhum dos instrumentos analisados.

Evidências baseadas na estrutura interna.

Estrutura fatorial. Em relação às evidências de validade da estrutura interna baseadas em análises fatoriais exploratórias, foram encontradas informações para cinco dos seis instrumentos (não foram encontrados dados para o *Perceptions of Coparenting Partners Questionnaire – PCPQ*). O CS apresenta uma estrutura composta por quatro fatores: integridade da família, conflito, depreciação (falar coisas negativas sobre o parceiro para a criança, na ausência do mesmo) e repreensão (McHale, 1997). A estrutura do PAM é composta por dois fatores: respeito e comunicação/trabalho em equipe (Konold & Abidin, 2001⁴). O

⁴ Os dados sobre a estrutura fatorial do PAM são relativos ao estudo de Abidin e Konold (1999).

Coparenting Questionnaire (CQ) tem uma estrutura composta por três fatores: cooperação, triangulação e conflitos (Margolin et al., 2001). A estrutura do *Coparenting Inventory for Parents and Adolescents* (CI-PA) compõe-se de três fatores: cooperação, triangulação e conflitos (Teubert & Pinquart, 2011). E, por fim, o CRS apresenta uma estrutura fatorial dividida em sete fatores: concordância coparental, proximidade coparental, suporte coparental, aprovação da parentalidade do parceiro, divisão do trabalho, sabotagem coparental e exposição ao conflito (Feinberg et al., 2012).

Quanto às evidências derivadas de uma análise fatorial confirmatória, foram encontrados dados para quatro instrumentos: PAM, CQ, CI-PA e CRS. No primeiro, a solução de dois fatores foi confirmada (Konold & Abidin, 2001); no segundo e no terceiro, as soluções de três fatores foram confirmadas (Barzel & Reid, 2011a; Teubert & Pinquart, 2011) e, no quarto instrumento, a estrutura também foi confirmada e, além disso, mostrou-se estável ao longo do tempo (em três momentos diferentes, sempre com a mesma amostra) (Feinberg et al., 2012). A versão portuguesa do CQ apresentou a mesma estrutura fatorial da versão original (Pedro & Ribeiro, 2015), mas a estrutura fatorial da versão portuguesa do PAM diferiu da original (Lamela, Castro, & Figueiredo, 2013).

Evidências baseadas nas relações com variáveis externas.

Validade convergente. Em relação à validade convergente (valor de referência $r > 0,509$), foram encontrados dados apenas para o CS, para o CQ e para o CI-PA. No que diz respeito ao CS, a subescala de conflitos apresentou valores de correlação ligeiramente abaixo do critério com a subescala de conflitos do *Family Environment Scale* (McHale, 1997). Por envolver a avaliação da relação entre uma medida de conflitos na coparentalidade e outra no contexto familiar, considera-se que este resultado não atingiu o critério, por envolver diferenças de contexto entre as duas medidas. A relação entre a subescala de conflitos do CS e os escores no *Quality of Coparenting Scale* atingiram o critério estabelecido para a validade convergente (McHale, 1997). Observando os resultados obtidos com o CQ, verificou-se que o mesmo apresentou validade convergente com o PAM e com o CS, com exceção de duas correlações envolvendo o CS, que eram ligeiramente abaixo do critério (Barzel & Reid, 2011a). Em relação CI-PA, todos os valores de correlação com o CQ estavam acima do critério, o que demonstra que esse instrumento apresenta evidências de validade convergente (Teubert & Pinquart, 2011).

Validade discriminante. Foram encontrados dados relativos à validade discriminante apenas para o CRS. Esse instrumento não apresentou correlação significativa com escores de um instrumento de deseabilidade social para os homens, mas apresentou um valor acima do valor máximo de referência ($r = 0,20$), para as mulheres ($r = 0,25$) (Feinberg et al., 2012).

Testes avaliando construtos relacionados. Em relação a outros instrumentos avaliando construtos relacionados à coparentalidade, foram encontrados resultados para o PAM, CQ, PCPQ, CI-PA e CRS. Aplicando o critério de Nunes e Primi (2010) para este tipo de evidência ($0,20 < r < 0,50$), todos os cinco instrumentos ficariam com alguns resultados confirmando relações e alguns resultados acima desse critério, sendo que foram observadas muitas correlações entre 0,509 e 0,69. Dancy e Reidy (2013) propuseram uma classificação de correlações que considera valores entre 0,10 e 0,39 como sendo de magnitudes fracas (ou baixas), entre 0,40 e 0,69 como sendo moderadas e, a partir de 0,70, como sendo fortes (ou altas). Desta forma, pondera-se que correlações entre duas medidas entendidas como sendo indicadores de construtos diferentes e com valores de correlação entre 0,509 e 0,69 também parecem apontar evidências de relações do construto alvo com variáveis externas, sem apresentar correlações tão altas que possam significar que as duas medidas avaliam um único construto, como no caso da validade convergente.

Com base nessas considerações, o PAM apresentou correlações dentro do intervalo de 0,28 a 0,54 com instrumentos que avaliam a qualidade da relação conjugal (Morrill et al., 2010⁵; Norlin & Broberg, 2013), as práticas parentais (Morrill et al., 2010), problemas de comportamento dos filhos (Lamela, Castro & Figueiredo, 2013⁶) e o estresse parental (Norlin & Broberg, 2013), sendo que, neste último caso, os valores de correlação estavam dentro do esperado apenas para os pais. O CQ, por sua vez, foi correlacionado com instrumentos que avaliam a qualidade da relação conjugal (Kolak & Volling, 2007), o ajustamento conjugal (Barzel & Reid, 2011a), conflitos conjugais (Margolin et al., 2001), o estresse parental (Barzel & Reid, 2011a) e problemas de comportamento externalizantes e internalizantes dos filhos (Barzel & Reid, 2011b), sendo que, neste último caso, alguns valores de correlação relativos às mães não foram significativos. Em relação às correlações com as práticas parentais, foram encontrados resultados inconsistentes, com algumas correlações dentro dos valores mínimos e máximos de referência e outras com valores abaixo do critério (Barzel & Reid, 2011a; Pedro & Ribeiro, 2015⁷). Estas últimas evidências não apoiam a validade do instrumento,

⁵ Usaram uma versão do PAM com 19 dos 20 itens.

⁶ Foi utilizada uma versão portuguesa reduzida do PAM.

⁷ Utilizaram uma versão portuguesa do CQ.

já que contrariam a relação entre a coparentalidade e as práticas parentais, prevista com base na teoria.

O PCPQ apresentou valores de correlação dentro do intervalo de 0,46 a 0,56 com um instrumento que avalia o ajustamento conjugal (Cook et al., 2009). Em relação às correlações com os instrumentos que avaliam o ajustamento da personalidade de mães e pais (Stright & Bales, 2003) e a afetividade negativa da criança (Cook et al., 2009), foram encontrados valores dentro dos critérios para as mães, mas não para os pais. Além disso, todas as correlações entre o PCPQ e o instrumento que avalia o temperamento da criança não foram significativas (Stright & Bales, 2003). Esses resultados levantam dúvidas quanto à validade do instrumento. O CI-PA, por sua vez, apresentou correlações com instrumentos que avaliam os conflitos conjugais (Teubert & Pinquart, 2011). Por fim, o CRS exibiu correlações com instrumentos que avaliam o amor do casal, a eficácia do casal (grau de controle percebido em termos de gestão de conflitos no relacionamento com o parceiro), a qualidade do casamento, o sexo e romance do casal, os conflitos do casal, a argumentação ineficaz, a propensão ao divórcio (Feinberg et al., 2012), sintomas depressivos de mães (Kim & Teti, 2014; McDaniel & Teti, 2012) e pais (McDaniel & Teti, 2012) e a afetividade negativa da criança (Kim & Teti, 2014). É importante destacar que algumas correlações ultrapassaram o valor de 0,69. Foi observada uma correlação entre a capacidade de autoregulação da criança (que envolve as habilidades de focar a atenção e de inibir comportamentos) e uma relação coparental positiva, mas não com uma relação coparental negativa (Kim & Teti, 2014).

Validade de critério. Não foram encontrados dados para nenhum dos instrumentos analisados.

Estudos experimentais ou quase experimentais.

Todos os estudos experimentais envolviam a avaliação dos efeitos de programas de intervenção (que sempre incluíam um componente que se referia à relação coparental) sobre escores de coparentalidade. Foram encontrados dados para o CS, PAM e CRS. Em relação à sensibilidade do CS para detectar mudanças na coparentalidade de mães e pais que participaram de um programa de intervenção para melhorar sua relação coparental, notou-se um aumento no escore de integridade familiar, uma diminuição no escore de depreciação e uma diminuição no escore de conflitos na frente da criança (Bögels, Hellemans, Van Deursen, Romer, & van der Meulen, 2014⁸). Em relação ao PAM, uma intervenção realizada com casais divorciados gerou um aumento nos escores gerais de coparentalidade (Lamela et al., 2010⁹). Por fim, em um estudo realizado

usando o CRS, uma intervenção focada em melhorar a relação coparental teve como consequência uma diminuição no escore de conflitos entre o casal e no escore de propensão ao divórcio (Feinberg et al., 2012).

Evidências baseadas no processo de resposta.

Não foram encontrados dados a respeito do processo de resposta para os instrumentos analisados, nos artigos revisados.

Com base na análise das evidências de validade encontradas para os seis instrumentos, notou-se que o PAM, o CI-PA e o CRS apresentam uma maior quantidade de evidências de validade baseadas na estrutura interna dos instrumentos e nas relações com variáveis externas, que atendem ou superam níveis mínimos de qualidade.

Adicionalmente, notou-se que os estudos brasileiros sobre coparentalidade publicados nas bases de dados pesquisadas ainda são escassos e que não existem instrumentos brasileiros para medir esse construto. Foram encontrados oito instrumentos de coparentalidade na literatura internacional, sendo que três deles apresentaram evidências de validade mais abrangentes e adequadas. Para que esses instrumentos sejam utilizados no contexto brasileiro, eles devem ser submetidos a um processo de adaptação transcultural e validação. Além disso, em trabalhos futuros na área de psicometria, sugere-se que seria importante verificar a necessidade de se ajustar o parâmetro superior ($r=0,50$) estipulado por Nunes e Primi (2010) para evidências a respeito de testes avaliando construtos relacionados à medida sendo validada, com base na interpretação de valores de correlação proposta por Dancey e Reidy (2013), caso haja concordância de que este valor esteja baixo.

É importante ressaltar que este estudo apresenta algumas limitações: (a) foram considerados na revisão apenas artigos com o texto completo disponível, (b) os instrumentos de coparentalidade parecem ser recentes na literatura, portanto suas evidências de validade não são exaustivas e (c) foram utilizadas apenas algumas bases de dados eletrônicas e a busca foi fundamentada em textos escritos em português, espanhol e inglês, de forma que podem existir outros instrumentos que não foram selecionados.

Desta forma, é importante reconhecer que uma revisão da literatura publicada e disponível em determinadas bases de dados, além de não contemplar estudos publicados em outros periódicos, também não permite conhecer instrumentos que ainda estão em fase inicial de desenvolvimento. Além disso, pesquisadores e profissionais engajados em trabalhos sobre a coparentalidade devem continuar a desenvolver e aprimorar ferramentas para avaliar este construto e, em um futuro

⁸ Usaram uma versão holandesa do CS.

⁹ Foi utilizada uma versão portuguesa do PAM.

próximo, é possível que haja informações disponíveis na literatura científica sobre as propriedades psicométricas de outros instrumentos. A depender do contexto em que o instrumento é usado, pode ser uma vantagem contar com medidas mais específicas. Por exemplo, o SARP é um instrumento brasileiro usado para facilitar a resolução de disputas de guardas de crianças, que inclui uma subescala chamada “relacionamento interpaparental”, que pode ser especialmente útil em um contexto jurídico.

Em conclusão, espera-se que essa comparação entre os instrumentos possa facilitar a seleção daquele que

for mais adequado para uso futuro por pesquisadores e profissionais. Acredita-se que um instrumento para medir a coparentalidade pode ser útil para pesquisadores que investiguem teorias de coparentalidade ou que queiram avaliar programas para atender pessoas que busquem ajuda profissional para construir seu papel coparental. Pautados nos achados dessas pesquisas, os psicólogos poderão utilizar um instrumento de coparentalidade para conhecer a forma como um cliente lida com o papel coparental ou para verificar os ganhos obtidos pelos pais após participarem de uma intervenção sobre coparentalidade, entre outras possibilidades.

Referências

- Abidin, R. R., & Brunner, J. F. (1995). Development of a parenting alliance inventory. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology, 24*(1), 31-40. doi: 10.1207/s15374424jccp2401_4
- Anfara, V. A., Brown, K. M., & Mangione, T. L. (2002). Qualitative analysis on stage: Making the research process more public. *Educational Researcher, 31*(7), 28-38. Recuperado de <http://www.jstor.org/stable/3594403>
- Barzel, M., & Reid, G. J. (2011a). A preliminary examination of the psychometric properties of the coparenting questionnaire and the diabetes-specific coparenting questionnaire in families of children with Type I Diabetes. *Journal of Pediatric Psychology, 36*(5), 606-617. doi: 10.1093/jpepsy/jsq103
- Barzel, M., & Reid, G. J. (2011b). Coparenting in relation to children's psychosocial and diabetes-specific adjustment. *Journal of Pediatric Psychology, 36*(5), 618-629. doi: 10.1093/jpepsy/jsr022
- Bögels, S. M., Hellems, J., Deursen, S., Römer, M., & Meulen, R. (2014). Mindful parenting in mental health care: Effects on parental and child psychopathology, parental stress, parenting, coparenting, and marital functioning. *Mindfulness, 5*(5), 536-551. doi: 10.1007/s12671-013-0209-7
- Brown, L. D., Goslin, M. C., & Feinberg, M. E. (2012). Relating engagement to outcomes in prevention: The case of a parenting program for couples. *American Journal of Community Psychology, 50*(1-2), 17-25. doi: 10.1007/s10464-011-9467-5
- Cook, J. C., Buckley, C. K., Schoppe-Sullivan, S. J., & Davis, E. F. (2009). Are some children harder to coparent than others? Children's negative emotionality and coparenting relationship. *Journal of Family Psychology, 23*(4), 606-610. doi: 10.1037/a0015992
- Dancey, C. P., & Reid, J. (2013). *Estatística sem matemática para psicologia*. Porto Alegre: Artmed.
- Feinberg, M. E. (2002). Coparenting and the transition to parenthood: A framework for prevention. *Clinical Child and Family Psychology Review, 5*(3), 173-195. Recuperado de <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3161510/>
- Feinberg, M. E. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: A framework for research and intervention. *Parent: Science and Practice, 3*(2), 95-131. doi: 10.1207/S15327922PAR0302_01
- Feinberg, M. E., Brown, L. D., & Kan, M. L. (2012). A multi-domain self-report measure of coparenting. *Parent: Science and Practice, 12*(1), 1-21. doi: 10.1080/15295192.2012.638870
- Feinberg, M. E., Jones, D. E., Goslin, M. C., & Kan, M. L. (2010). Effects of Family Foundations on parents and children: 3.5 years after baseline. *Journal of Family Psychology, 24*(5), 532-542. doi: 10.1037/a0020837
- Frizzo, G. B., Kreutz, C. M., Schmidt, C., Piccinini, C. A., & Bosa, C. (2005). O conceito de coparentalidade e suas implicações para a pesquisa e para a clínica. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano, 15*(3), 84-94. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0104-12822005000300010&script=sci_arttext
- Grzybowski, L. S., & Wagner, A. (2010). Casa do pai, casa da mãe: a coparentalidade após o divórcio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 26*(1), 77-87. doi: 10.1590/S0102-37722010000100010
- Kim, B., & Teti, D. M. (2014). Maternal emotional availability during infant bedtime: An ecological framework. *Journal of Family Psychology, 28*(1), 1-11. doi: 10.1037/a0035157
- Kolak, A. M., & Volling, B. L. (2007). Parental expressiveness as a moderator of coparenting and marital relationship quality. *Family Relations, 56*(5), 467-478. doi: 10.1111/j.1741-3729.2007.00474.x
- Konold, T. R., & Abidin, R. R. (2001). Parenting alliance: A multifactor perspective. *Assessment, 8*(1), 47-65. doi: 10.1177/107319110100800105
- Lamela, D., Castro, M., & Figueiredo, B. (2010). Pais por inteiro: avaliação preliminar da eficácia de uma intervenção em grupo para pais divorciados. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 23*(2), 334-344. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722010000200016>
- Lamela, D., Castro, M., & Figueiredo, B. (2013). Medida da aliança parental: validação portuguesa e construção de uma versão reduzida. *Revista de Psiquiatria Clínica, 40*(6), 215-219. Recuperado de <http://www.hcnet.usp.br/ipq/revista/vol40/n6/215.htm>
- Lamela, D., Figueiredo, B., & Bastos, A. (2013). Perfis de vinculação, coparentalidade e ajustamento familiar em pais recém-divorciados: diferenças no ajustamento psicológico. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 26*(1), 19-28. doi: 10.1590/S0102-79722013000100003
- Lamela, D., Nunes-Costa, R., & Figueiredo, B. (2010). Modelos teóricos das relações coparentais: revisão crítica. *Psicologia em Estudo, 15*(1), 205-216. doi: 10.1590/S1413-73722010000100022
- Machado, F. R. (2009). *A qualidade do relacionamento conjugal e o desempenho social de crianças pequenas*. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil). Recuperado de http://www.btdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_arquivos/9/TDE-2009-07-23T090932Z-2245/Publico/2340.pdf

- Margolin, G., Gordis, E. B., & John, R. S. (2001). Coparenting: A link between marital conflict and parenting in two-parent families. *Journal of Family Psychology, 15*(1), 3-21. doi: 10.1037//0893-3200.15.1.3
- McDaniel, B. T., & Teti, D. M. (2012). Coparenting quality during the first three months after birth: The role of infant sleep quality. *Journal of Family Psychology, 26*(6), 886-895. doi: 10.1037/a0030707
- McHale, J. P. (1997). Overt and covert coparenting processes in the family. *Family Process, 36*(2), 183-201. doi: 10.1111/j.1545-5300.1997.00183.x
- McHale, J. P., Kuersten-Hogan, R., & Rao, N. (2004). Growing points for coparenting theory and research. *Journal of Adult Development, 11*(3), 221-234. doi: 10.1023/B:JADE.0000035629.29960.ed.
- McHale, J. P., Kuersten-Hogan, R., Lauretti, A., & Rasmussen, J. L. (2000). Parental reports of coparenting and observed coparenting behavior during the toddler period. *Journal of Family Psychology, 14*(2), 220-236. doi: 10.1037//0893-3200.14.2.220
- Morrill, M. I., Hines, D. A., Mahmood, S., & Córdova, J. V. (2010). Pathways between marriage and parenting for wives and husbands: The role of coparenting. *Family Process, 49*(1), 59-73. doi: 10.1111/j.1545-5300.2010.01308.x
- Norlin, D., & Broberg, M. (2013). Parents of children with and without intellectual disability: Couple relationship and individual well-being. *Journal of Intellectual Disability Research, 57*(6), 552-566. doi: 10.1111/j.1365-2788.2012.01564.x
- Nunes, C. H. S. S., & Primi, R. (2010). Aspectos técnicos e conceituais da ficha de avaliação dos testes psicológicos. Em A. A. Santos et al. (Orgs.), *Avaliação Psicológica: Diretrizes na Regulamentação da Profissão* (pp. 101-127). Brasília: CFP.
- Pedro, M. F., & Ribeiro, M. T. (2015). Adaptação portuguesa do questionário de coparentalidade: análise fatorial confirmatória e estudos de validade e fiabilidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 28*(1), 116-125. doi: 10.1590/1678-7153.201528113
- Prati, L. E., & Koller, S. H. (2011). Relacionamento conjugal e transição para a coparentalidade: perspectiva da psicologia positiva. *Psicologia Clínica, 23*(1), 103-118. doi: 10.1590/S0103-56652011000100007
- Schoppe, S. J., Mangelsdorf, S. C., & Frosch, C. A. (2001). Coparenting, family process and family structure: Implications for preschoolers' externalizing behavior problems. *Journal of Family Psychology, 15*(3), 526-545. doi: 10.1037//0893-3200.15.3.526
- Sifuentes, M., & Bosa, C. A. (2010). Criando pré-escolares com autismo: características e desafios da coparentalidade. *Psicologia em Estudo, 15*(3), 477-485. doi: 10.1590/S1413-73722010000300005
- Stright, A. D., & Bales, S. S. (2003). Coparenting quality: Contributions of child and parent characteristics. *Family Relations, 52*(3), 232-240. doi: 10.1111/j.1741-3729.2003.00232.x
- Teubert, D., & Pinquart, M. (2011). The coparenting inventory for parents and adolescents (CI-PA): Reliability and validity. *European Journal of Psychological Assessment, 27*(3), 206-215. doi: 10.1027/1015-5759/a000068
- Urbina, S. (2007). *Fundamentos da testagem psicológica*. Porto Alegre: Artmed.
- Van-Egeren, L. A., & Hawkins, D. P. (2004). Coming to terms with coparenting: Implications of definition and measurement. *Journal of Adult Development, 11*(3), 165-178. doi: 10.1023/B:JADE.0000035625.74672.0b

recebido em agosto de 2015
 1ª reformulação em janeiro de 2016
 2ª reformulação em fevereiro de 2016
 aprovado em fevereiro de 2016

Sobre as autoras

Thaís Ramos de Carvalho é graduada em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos e especialista em psicoterapia comportamental pelo Instituto de Terapia por Contingências de Reforçamento – ITCR. Atualmente é aluna de pós-graduação em psicologia na Universidade Federal de São Carlos.

Elizabeth Joan Barham é graduada em Psicologia pela Bishop's University, mestrado em Psicologia Social na University of Waterloo e doutorado em Psicologia Social e de Desenvolvimento na University of Guelph. Atualmente é docente no Programa de Pós-Graduação na Universidade Federal de São Carlos.